

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.177 - MG (2019/0296344-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : CLAUDINEZ GUIMARAES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : CLAUDINEZ GUIMARÃES DE OLIVEIRA - MG097300
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ANDRE BATISTA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANDRE BATISTA DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do *Writ* n. 1.0000.19.034681-7/000.

Depreende-se dos autos que o paciente encontra-se preso preventivamente pela prática, em tese, do crime previsto no art. 121, § 2º, I e IV, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Aduz o impetrante, em breve síntese, que não estariam presentes os fundamentos para a manutenção da custódia cautelar, nos termos do art. 312 do CPP.

Sustenta que o fato de ser o paciente portador de maus antecedentes não é causa, por si só, de manutenção da prisão.

Defende que não há prova cabal da participação na empreitada criminosa.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que a prisão preventiva seja revogada, expedindo-se o alvará de soltura.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**.

Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita, circunstância que impede o seu conhecimento.

Com efeito, colhe-se do acórdão recorrido (e-STJ fl. 52):

[...]

Em relação à custódia cautelar, a despeito das alegações do impetrante, entendo que a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente (p. 06/10, doc. nº 12) apresentou, ainda que de forma sucinta, fundamentos concretos e suficientes para justificar a segregação cautelar, nos ditames dos artigos 312 e 313 do CPP.

Verifico que a necessidade da custódia cautelar do paciente é apontada pela recalcitrância delitiva, vez que se trata de acusado reincidente, ostentando diversas condenações transitadas em julgado pela prática de crimes contra a vida, conforme CAC às p. 06/16, doc. nº 10. Inclusive, destaco, se encontra em cumprimento de

Superior Tribunal de Justiça

pena, conforme consulta realizada no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU (processo nº 0063731-02.2012.8.13.0231).

[...]

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefer-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal. Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator